

RADAR TRABALHISTA

CPRT
COMISSÃO DE
POLÍTICA DE
RELAÇÕES
TRABALHISTAS

CBIC

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 4 – Número 187 – 22/02 à 26/02/2021

Sumário

- *Destaque da Semana*
- *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- *Notícias do Executivo*
- *Notícias do Ministério Público do Trabalho*
- *Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- *Outras Notícias*
- *Atos Normativos*
- *Dados estatísticos de Fiscalização*

Destaque da Semana

[SINAIT e entidades trabalham pela recuperação do orçamento para a fiscalização e segurança e saúde no trabalho](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 22/02/2021

O orçamento destinado à Auditoria-Fiscal do Trabalho caiu pela metade no atual governo. Os recursos passaram de R\$ 70,4 milhões em 2019 para R\$ 29,3 milhões em 2020. Para 2021, os recursos para fiscalização trabalhista são ainda mais reduzidos: R\$ 24,1 milhões. Essa é a menor verba destinada à fiscalização desde o início da série histórica, em 2013. O governo também reduziu a meta de empresas fiscalizadas, que passaram de 355 mil, em 2019, para 255.000 empresas, em 2021

Para ler na íntegra [clique aqui](#)



Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[Ministro Luiz Fux destaca proteção das liberdades e das garantias fundamentais nos 130 anos do STF](#)

Supremo Tribunal Federal - 25/02/2021

“Trabalhamos e existimos pelo Brasil”. Assim o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luiz Fux, concluiu, no início da sessão plenária desta quinta-feira (25), seu pronunciamento sobre os 130 anos de história republicana da Corte, a serem celebrados no próximo dia 28. Nessa data, em 1891, foi realizada a primeira sessão do STF, instaurado pela Constituição promulgada quatro dias antes. Na ocasião, o antigo Supremo Tribunal de Justiça do Império se tornou o Supremo Tribunal Federal, sediado no Rio de Janeiro.

[STF reafirma jurisprudência sobre utilização de período de auxílio-doença como carência para concessão de benefícios](#)

Supremo Tribunal Federal - 22/02/2021

O Supremo Tribunal Federal (STF) reafirmou sua jurisprudência sobre a constitucionalidade da contagem, para fins de carência, do tempo em que o segurado do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) recebeu auxílio-doença. Segundo a decisão, é necessário que o período esteja intercalado com atividade laborativa. A matéria foi analisada no Recurso Extraordinário (RE) 1298832, que teve repercussão geral reconhecida (Tema 1125) e mérito apreciado no Plenário Virtual.

[Celular, veículo e notebook fornecidos pela empresa não integram salário de economista](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 26/02/2021

A Oitava Turma do Tribunal Superior do Trabalho afastou a natureza salarial do fornecimento de aparelho celular, veículo e notebook a um economista e gerente financeiro da indústria petroquímica Kordsa Brasil S.A., de Camaçari (BA). A decisão segue a juris-

prudência do TST de que os equipamentos fornecidos para a realização do trabalho não configuram o chamado salário in natura, ainda que também sejam utilizados para fins particulares.

[Banco é condenado por pressionar caixa a trocar atestado e voltar ao trabalho](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 25/02/2021

A Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou o Banco Bradesco S.A. a pagar indenização de R\$ 5 mil a um empregado que foi pressionado a trocar um atestado médico de cinco dias por outro de período menor e ameaçado de demissão se não retornasse ao trabalho. “Diante de tal ameaça, não há dúvidas de o empregado ter se sentido constrangido”, afirmou o relator do recurso, ministro Augusto César.

[Monitoramento de câmeras de segurança não justifica pagamento de adicional de periculosidade](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 24/02/2021

A Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou o recurso de um empregado do Condomínio Shopping Cidade Jardim, em São Paulo (SP), que pretendia receber o adicional de periculosidade por fazer o monitoramento das câmeras de segurança do local. Segundo a Turma, a atividade mais se aproximava da de vigia, que não tem direito ao pagamento do adicional.

[Operário que teve a ponta do dedo esmagada tem indenização aumentada](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 24/02/2021

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho majorou a indenização por danos morais e estéticos a ser paga a um operador de dobradeira da Ferrosider Metalmecânica, de Belo Horizonte (MG), que perdeu a ponta do dedo médio em acidente de trabalho. Para a Turma, os valores fixados nas instâncias inferiores estavam abaixo do padrão médio estabelecido pelo TST em casos análogos.

[Prescrição trabalhista se aplica a ação sobre seguro de vida em grupo](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 22/02/2021

A Quarta Turma do Tribunal Superior do Trabalho afastou a prescrição de um ano aplicada à reclamação trabalhista em que um vigilante da Proforte S. A. discutia o direito ao recebimento de seguro de vida em grupo após ser afastado por invalidez. Segundo a Turma, a contratação do seguro tem previsão em norma coletiva e, portanto, está vinculada ao contrato de trabalho.



Notícias do Executivo

[Ministério da Economia apresenta proposta de regulamentação do tratamento diferenciado para MPEs](#)

Ministério da Economia - 26/02/2021

No último dia 24 de fevereiro, durante a 1ª Reunião Ordinária do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (FPMPE), foi aprovada a proposta final de regulamentação do tratamento diferenciado para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (MPEs) no contexto da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). O texto, enviado à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), propõe a dispensa das seguintes obrigações para MPEs: manutenção do registro das operações; e elaboração de relatório de impacto, da indicação do encarregado pelo tratamento de dados, e da divulgação das informações sobre o tratamento de dados, entre outras.

[Plantões de dúvidas do INSS encerram operação e dão lugar a ferramenta virtual](#)

Ministério da Economia - 26/02/2021

Os plantões de dúvidas das agências do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) encerram suas atividades nesta sexta-feira (26/2). A medida foi implementada no início da pandemia do novo coronavírus – em março de 2020 – diante da suspensão do atendimento presencial, para tirar dúvidas da população por telefone e e-mail.

[Termina o prazo de entrega da Dirf 2021 e do Comprovante de Rendimentos Pagos e de Imposto Retido na Fonte](#)

Ministério da Economia - 26/02/2021

O prazo de entrega da Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (Dirf 2021) e do Comprovante de Rendimentos Pagos e de Imposto sobre a Renda Retido na Fonte termina às 23h59m59s – horário de Brasília – desta sexta-feira (26/2). Estão obrigadas a

apresentar a Dirf 2021 as pessoas jurídicas e físicas elencadas nos arts. 2º e 3º da [Instrução Normativa RFB nº 1990, de 18 de novembro de 2020](#).

[Interrupção de bloqueio de pagamento por falta da prova de vida é prorrogada](#)

Ministério da Economia - 26/02/2021

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) publicou, nesta sexta-feira (26/2), no Diário Oficial da União (DOU), a [Portaria nº 1.278](#), que assegura que os aposentados e pensionistas que não fizeram prova de vida entre março de 2020 e abril de 2021 não tenham seus benefícios bloqueados. A prorrogação vale para os beneficiários residentes no Brasil e no exterior.

[Indústria sinaliza boa perspectiva para o PIB no 1º trimestre de 2021](#)

Ministério da Economia - 25/02/2021

Os resultados dos indicadores econômicos mostram a recuperação consistente da economia, assim como um acerto das medidas governamentais adotadas para mitigar os efeitos adversos provocados pela pandemia da Covid-19". A análise é do coordenador-geral de Modelos e Projeções Econômico-Fiscais da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia (SPE/ME), Sérgio Gadelha, durante apresentação da Conjuntura Macroeconômica e Arrecadação Bruta de Tributos Federais, nesta quinta-feira (25/2), em coletiva virtual.

[Divulgadas as regras sobre a entrega da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física 2021](#)

Ministério da Economia - 24/02/2021

A Receita Federal anunciou, na tarde desta quarta-feira (24/2), as [regras](#) para a entrega da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física (DIRPF 2021). O prazo de envio terá início às 8 horas do dia 1º de março e terminará às 23h59min59s, horário de Brasília, do dia 30 de abril de 2021. Após esta data, o contribuinte que apresentar a declaração estará sujeito à multa pelo atraso. A expectativa é de que 32 milhões de declarações sejam enviadas até o final do prazo.

[Segurados sem reabilitação profissional não terão benefícios suspensos pelo INSS](#)

Ministério da Economia - 24/02/2021

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) não suspenderá os pagamentos de benefícios referentes aos meses de março e abril deste ano aos segurados que ficaram impossibilitados de participar do Programa de Reabilitação Profissional. Desta forma, não haverá bloqueio de pagamentos até maio de 2021.

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[MPT emite diretrizes para cumprimento da ordem de prioridade em vacinação contra Covid-19](#)

Ministério Público do Trabalho - 25/02/2021

O Ministério Público do Trabalho (MPT) emitiu, nesta quinta-feira (25), nota técnica contendo medidas e diretrizes destinadas à garantia do cumprimento da ordem de prioridade no processo de imunização contra a Covid-19. Após serem recebidas em diversos estados denúncias de desrespeito à ordem preferencial definida no Plano Nacional de Vacinação, o Grupo de Trabalho Covid-19 da instituição iniciou a elaboração de documento destinado aos atores envolvidos na vacinação.

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[Orçamento – Comissão de Assuntos Sociais aprova emenda que amplia recursos para a fiscalização](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 25/02/2021

A Comissão de Assuntos Sociais do Senado – CAS aprovou, na tarde desta quinta-feira, 25 de fevereiro, relatório do senador Izalci Lucas (PSDB-DF), em que consta a emenda nº 4, elaborada pelo SINAIT, no valor de R\$ 10 milhões para a fiscalização de Obrigações Trabalhistas e Inspeção em Segurança e Saúde no Trabalho. A Emenda proposta pelo Sindicato foi apresentada pelo Senador Paulo Paim (PT-RS) e em sua justificativa explica que a dotação destinada a essa ação no orçamento foi reduzida pela metade de 2019 para 2020 e que ainda sofrerá redução de um terço do seu valor em 2021, inviabilizando a atuação da Auditoria-Fiscal do Trabalho em defesa dos trabalhadores.

Outras Notícias

[TST afasta terceirização em contrato de transporte de mercadorias](#)

Consultor Jurídico - 28/02/2021

A 4ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho manteve decisão que negou o reconhecimento de terceirização no caso de um motorista carreteiro da Voal Logística, que pretendia a responsabilização da Arcelormittal Brasil, para quem prestava serviços de transporte de cargas, por parcelas trabalhistas devidas pela empregadora. Para a Turma, o contrato de natureza civil entre as duas empresas não se enquadra na configuração jurídica de terceirização de serviços.

[Toffoli pede vista e suspende julgamento sobre demissão em massa sem negociação](#)

Consultor Jurídico - 25/02/2021

O julgamento no Supremo Tribunal Federal sobre a possibilidade de empresas dispensarem trabalhadores em massa sem negociação coletiva foi suspenso após pedido de vista do ministro Dias Toffoli, nesta terça-feira (23/2). O recurso extraordinário começou a ser apreciado no Plenário virtual na última sexta. Assim, conforme o regimento interno da Corte, o caso será agora julgado pelo Plenário físico, que, durante a epidemia, tem deliberado de modo telepresencial.

[Natureza salarial do auxílio-alimentação não pode ser alterada no curso do contrato](#)

Consultor Jurídico - 23/02/2021

A natureza salarial do auxílio-alimentação não pode ser alterada por norma coletiva no curso do contrato de trabalho. Esse entendimento foi utilizado pela 7ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho ao deferir a integração da parcela à remuneração de um empregado do Banco do Brasil S. A. em Cuiabá. De acordo com a decisão do colegiado, nem a norma coletiva que confere caráter indenizatório à parcela, nem a adesão do banco ao

Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) podem alterar a natureza jurídica salarial em relação aos contratos em curso.



Atos Normativos

[PORTARIA CRPS/SEPRT/ME Nº 2.068, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021](#) (DOU de 23/02/2021 Seção I Pág. 23) - Altera a Portaria 159 de 06 de janeiro de 2021, que instalou ao da 2ª Composição Adjunta da 5ª Junta de Recursos no Distrito Federal;

[PORTARIA INSS Nº 1.275, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021](#) (DOU de 24/02/2021 Seção I Pág. 63) - Atribui competências aos Organismos de Ligação pra atuarem no âmbito dos Acordos Internacionais.”

[PORTARIA INSS Nº 1.276, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021](#) (DOU de 24/02/2021 Seção I Pág. 64) - Prorroga a rotina de suspensão de benefícios por impossibilidade da execução do programa de Reabilitação Profissional;

[ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO RFB Nº 2, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2021](#) (DOU de 25/02/2021 Seção I Pág. 134) - Dispõe sobre a restituição do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF), referente ao exercício de 2021, ano-calendário de 2020;

[INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.010, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2021](#) (DOU de 25/02/2021 Seção I Pág. 134) - Dispõe sobre a apresentação da Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física referente ao exercício de 2021, ano-calendário de 2020, pela pessoa física residente no Brasil, e altera a Instrução Normativa SRF nº 81, de 11 de outubro de 2001;

[PORTARIA SEPRT/ME Nº 2.264, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2021](#) (DOU 26/02/2021 Seção I Pág. 39) - Aprova o Manual de Compliance do Conselho de Recursos da Previdência Social e o Código de Ética, Normas e Condutas dos Colaboradores do Conselho de Recursos da Previdência Social e institui a criação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Conselheiros e Servidores do CRPS (E-CRPS);

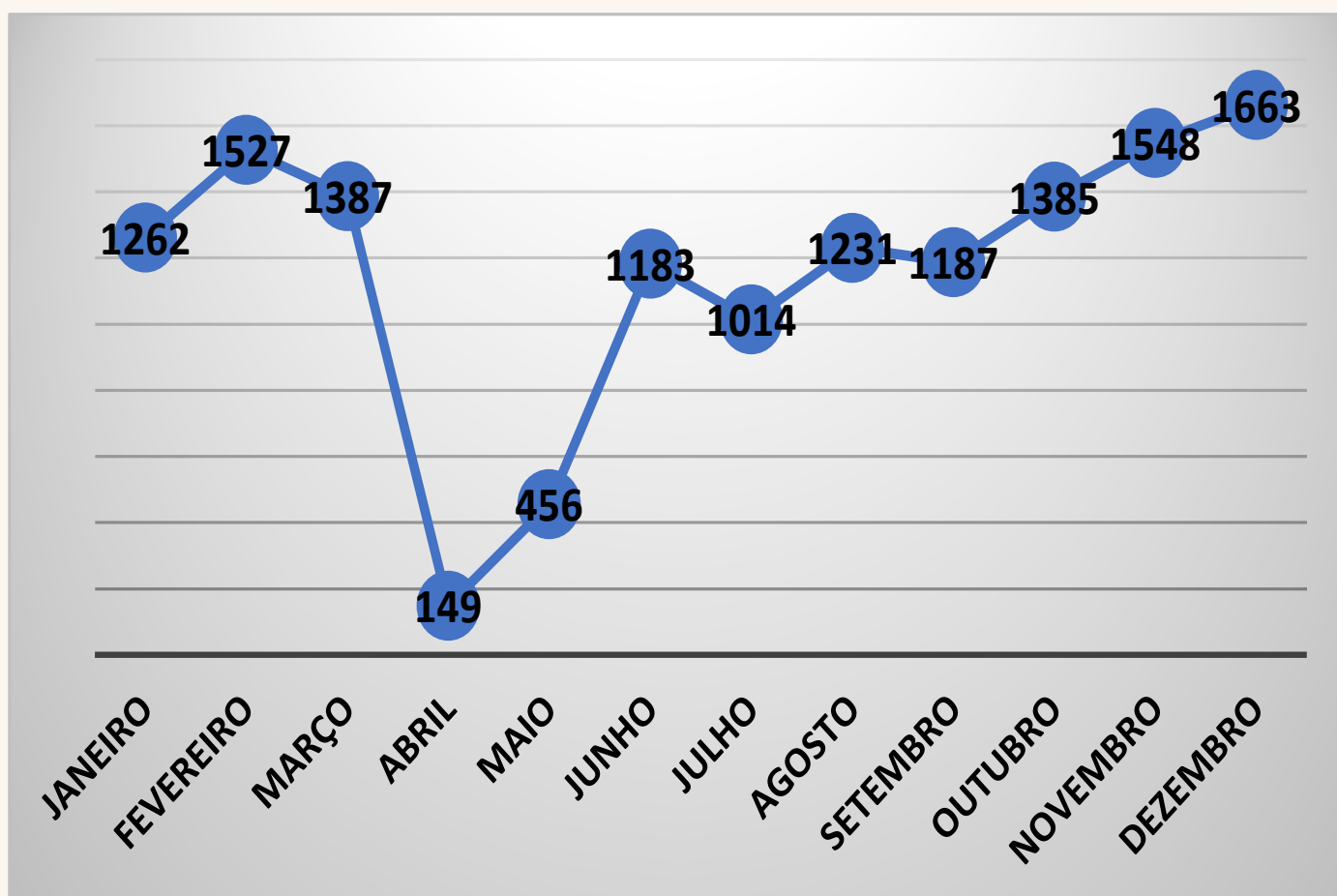
[PORTARIA INSS N° 1.278, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2021](#) (DOU 26/02/2021 Seção I Pág. 72)

- Prorroga a interrupção do bloqueio dos créditos dos benefícios por falta de realização de comprovação de vida;



Dados estatísticos de Fiscalização

Número de autos de infração (legislação trabalhista / segurança e saúde no trabalho) lavrados pela fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no ano de 2020 (jan/dez):



Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/ME

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

José Carlos Martins

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Fernando Guedes Ferreira Filho

Presidente da CPRT

Gilmara Dezan

Gestora de Projetos e Assessora da CPRT

Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico

Projeto Gráfico

Paulo Henrique Freitas de Paula